

Dimensão temporal nos estudos sobre centralidade: processos longos, rápidos e sazonais na produção do espaço

The Temporal Dimension of Centrality: Long-Term, Rapid, and Seasonal Processes in the Production of Space

La dimensión temporal en los estudios sobre centralidad: procesos de larga duración, rápidos y estacionales en la producción del espacio

Lucas Manoel – lucasgrutam@hotmail.com
Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo
Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4315-3684>

Resumo

Historicamente, estudos sobre centralidade têm se apoiado na análise da concentração de serviços e funções urbanas, privilegiando sua dimensão espacial. Embora essa abordagem tenha sido central para a compreensão da organização das cidades, a variável temporal permanece pouco explorada como elemento analítico da formação e consolidação das centralidades urbanas. Este artigo apresenta uma contribuição teórico-conceitual derivada da tese de doutorado do autor, incorporando a dimensão temporal como categoria analítica. A partir dessa base, propõe-se uma tipologia de centralidades composta por três tipos – processos longos, rápidos e sazonais – definidos segundo seus diferentes ritmos de produção. Argumenta-se que essa perspectiva amplia a interpretação sobre as centralidades urbanas ao oferecer um referencial analítico capaz de compreender sua constituição em distintas escalas temporais.

Palavras-chave: Centralidade, produção do espaço, Sul de Minas Gerais.

Abstract

Historically, studies on urban centrality have focused on the concentration of services and urban functions, emphasizing their spatial dimension. Although this approach has been fundamental to understanding urban organization, the temporal dimension remains underexplored as an analytical element in the formation and consolidation of urban centralities. This article presents a theoretical-conceptual contribution derived from the author's doctoral dissertation by incorporating the temporal dimension as an analytical category. Based on this perspective, it proposes a typology of urban centralities composed of three types – long-term, rapid, and seasonal processes – defined according to their different rhythms of production. It is argued that this approach broadens the interpretation of urban centralities by providing an analytical framework capable of explaining their constitution across distinct temporal scales.

Keywords: Urban centrality; Production of space; Southern Minas Gerais.

Resumen

Históricamente, estudios sobre la centralidad urbana se han apoyado en el análisis de la concentración de servicios y funciones urbanas, privilegiando su dimensión espacial. Aunque este enfoque ha sido fundamental para comprender la organización de las ciudades, la dimensión temporal sigue siendo poco explorada como elemento analítico para explicar la formación y consolidación de las centralidades urbanas. Este artículo presenta una contribución teórico-conceptual derivada de la tesis doctoral del autor, incorporando la dimensión temporal como categoría analítica. A partir de esta perspectiva, se propone una tipología de centralidades urbanas compuesta por tres tipos – procesos de larga duración, rápidos y estacionales – definidos según sus diferentes ritmos de producción. Se sostiene que este enfoque amplía la interpretación de las centralidades urbanas al ofrecer un marco analítico capaz de comprender su constitución en distintas escalas temporales.

Palabras clave: Centralidad urbana;
Producción del espacio; Sur de Minas Gerais.

Recebido em: 30/06/2026 Aceito para publicação: 05/08/2026 Publicado: 16/08/2026
--

Introdução

As primeiras reflexões conhecidas relacionadas à centralidade remontam ao século XVIII. Entre os autores pioneiros nesse debate, Corrêa (1986) destaca Richard Cantillon, economista francês que publicou, em 1755, uma das primeiras obras voltadas à compreensão da organização espacial. Segundo Corrêa (1986, p. 63), Cantillon procurava formular um modelo capaz de otimizar tempo e espaço, contribuindo para a organização territorial e para a circulação do capital. Embora não formulasse o conceito de centralidade tal como se discute na literatura atual, sua contribuição foi importante para a compreensão desse tema.

A partir dessa contribuição, surgiram outras voltadas à compreensão dos processos que possibilitam aos centros urbanos exercerem funções de atração ou de polarização sobre o território. Nesse contexto, a teoria das localidades centrais, publicada por Walter Christaller no ano 1933, consolidou-se como uma das mais influentes chaves interpretativas sobre o tema, oferecendo importantes subsídios para a compreensão sobre centralidade, das áreas de influência e da estruturação hierárquica da rede urbana. Posteriormente a esse marco, novas interpretações continuaram a ser incorporadas ao debate, destacando-se, no Brasil, os aportes de Lencioni (2008) e IBGE (2020).

A existência de uma diversidade de abordagens a respeito de centralidade indica que sua constituição e inteligibilidade decorrem da interação de múltiplas dimensões, agentes e processos socioespaciais. Dentre diferentes perspectivas de análises, apontamos a dimensão temporal, que permite entender como distintas dinâmicas participam da produção de centralidades. É a partir dessa ideia que se manifesta o nosso problema de pesquisa: em que medida a variável temporal – expressa por centralidades resultantes de processos longos, rápidos e sazonais – contribui para a análise sobre centralidade?

Diante dessa problemática, o objetivo deste artigo consiste em apresentar como a noção de tempo pode ajudar na análise sobre centralidade. Para tanto, recorreremos à literatura e aos resultados provenientes de uma tese de doutorado voltada para essa temática, na qual Manoel (2026) propõe uma interpretação de centralidade respaldada na dimensão temporal, distinguindo processos longos, rápidos e sazonais. A relevância do presente estudo se baseia na ideia de que o espaço geográfico está em permanente mudança, o que torna necessário revisitar



abordagens clássicas sobre centralidade, dialogar com suas atualizações teóricas e ampliar as possibilidades analíticas diante das dinâmicas socioespaciais atuais.

Além desta introdução, o artigo está organizado em três partes principais. Inicialmente, apresenta-se a revisão teórica. Em seguida, expõe-se a contribuição analítica sobre o uso de temporalidades nos estudos sobre centralidade. Por fim, serão apresentadas as considerações finais e as referências que fundamentaram este estudo.

Notas sobre o conceito de centralidade

Discutir o conceito de centralidade implica adentrar um campo analítico amplo e complexo. Isso ocorre porque a condição de ser central (ou referência) apresenta simultaneamente dimensões subjetivas e objetivas. Na ótica subjetiva, aquilo que é considerado central para determinados indivíduos, grupos sociais, empresariais e governos pode não possuir a mesma relevância para outros. Já no âmbito dos estudos urbanos, em especial na geografia, a centralidade assume um caráter objetivo, sendo ela compreendida como resultado de diferentes condições políticas e socioeconômicas reconhecidas pela comunidade científica (Manoel, 2026, p. 11).

Seguindo uma ótica objetiva, temos como sendo uma das principais chaves interpretativas do tema centralidade a teoria das localidades centrais, que possui como principal propósito “explicar a organização espacial das povoações e das áreas de influência [a partir do estudo sobre] sua localização relativa e dimensão” (Bradford e Kent, 1987, p. 18). Os autores ressaltam que há dois elementos fundamentais presentes na formulação de Christaller: “alcance [...] de ação de um bem e o limiar mínimo de um bem” (Bradford e Kent, 1987, p. 19).

Em relação ao primeiro conceito, os autores supramencionados afirmam que “chama-se alcance ou raio de ação de um bem a distância que o consumidor está disposto a percorrer para adquirir um bem” (Bradford e Kent, 1987, p. 20). O segundo refere-se ao mercado mínimo para garantir a oferta economicamente viável de determinado produto ou serviço. Nesse sentido, destacam que “para um dado bem também há a procura mínima ou [a] dimensão de mercado necessária para a venda lucrativa desse bem [...], a procura mínima, ou seja, esta dimensão de mercado, é chamada limiar mínimo” (Bradford e Kent, 1987, p. 20).

Ao tensionar o termo “bem” para a realidade brasileira, temos que ele pode ser entendido como um “objeto técnico” nos termos propostos por Milton Santos no livro *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. Essa relação é fundamental para a análise proposta neste artigo, uma vez que compreendemos a centralidade como resultante da instalação de objetos técnicos e das ações que se realizam por meio deles, sobretudo a de atração.

Apesar da relevância para os estudos urbanos e regionais, a teoria proposta por Christaller foi alvo de diferentes e por vezes duras críticas ao longo do tempo. Dentre elas, destaca-se a análise de Santos (1979), que considera problemática a desconsideração dos circuitos superior e inferior da economia na delimitação das áreas de influência das localidades centrais. Segundo esse autor, essa limitação suscita “sérias dúvidas da aplicabilidade [...] no Terceiro Mundo”, uma vez que a coexistência desses circuitos implica a presença simultânea de diferentes áreas de influência em um mesmo espaço (Santos, 1979, p. 134). Cabe destacar que a expressão “Terceiro Mundo” se encontra em desuso nos meios acadêmicos, sendo preferencialmente substituída por “países subdesenvolvidos” ou por “países em desenvolvimento”.

Outra crítica relevante a ser destacada foi apresentada por Bradford e Kent (1987). Para os autores, a organização espacial idealizada por Walter Christaller não encontra uma plena correspondência na realidade empírica, uma vez que sua estrutura “raramente se verifica [na] totalidade, pois o argumento tem algumas inconsistências lógicas e a realidade é mais complexa do que os pressupostos [...] admitidos” (Bradford e Kent, 1987, p. 41).

Ribeiro (2000) também observou uma limitação na teoria das localidades centrais. Conforme argumenta o autor, uma questão significativa diz respeito à “situação do capitalismo monopolista, não referido [na obra], cujos pressupostos estariam assentados no capitalismo concorrencial, em decorrência do momento histórico vivenciado quando da elaboração de sua teoria, e [...] já ultrapassado” (Ribeiro, 2000, p. 89). O autor diz que, de fato, “o capitalismo monopolista traz uma progressiva diminuição da importância e dos números de cidades com grau de centralidade de mais baixo nível” (Ribeiro, 2000, p. 89).

Embora as críticas revelem limitações relevantes da teoria das localidades centrais, o reconhecimento pela comunidade científica da existência de uma rede

urbana hierarquizada permanece válido. Conforme destaca o IBGE (1987, p. 12), é possível notar uma estrutura hierárquica de localidades independentemente das especificidades encontradas em cada contexto espacial. Dessa forma, ainda que vários pressupostos trazidos por Christaller não se concretizem plenamente na realidade, sua contribuição para a Geografia e para os estudos da hierarquia urbana permanece fundamental.

A busca por novas interpretações sobre a teoria das localidades centrais – considerada a “teoria mais difundida e fundamentada [sobre a rede urbana] ao longo do século XX” (IBGE, 2020, p. 69) – exige a revisão de seus pressupostos básicos. Entre eles, destaca-se a concepção

[...] de que as economias de aglomeração existem a priori, tornando um pouco tautológica a explicação da centralidade [ou seja] as funções centrais são as atividades que estão nas localidades centrais; as localidades centrais são aquelas que abrigam funções centrais (IBGE, 2020, p. 69).

A superação dessa interpretação mostra-se particularmente relevante ao considerarmos a rede urbana um “sistema complexo evolutivo” (IBGE, 2020, p. 69). Ideia que permite compreender a cidade como um espaço permanentemente transformado pela atuação de múltiplos agentes, cujas ações contribuem para a produção de estruturas e ações capazes de atrair tanto pessoas e investimentos, como outras atividades econômicas. Seguindo essa lógica, temos que os processos que moldam a rede urbana não ocorrem de maneira aleatória, mas resultam de dinâmicas específicas que orientam sua evolução.

Motta e Carvalho propõem uma interpretação distinta para estudos sobre centralidade a partir da teoria dos fluxos centrais. Segundo os autores, “na teoria dos Fluxos Centrais, o que diferencia os centros urbanos são as relações de longa distância que criam uma complexidade [...] a cada um” (Motta e Carvalho, 2016b, p. 53). Essa perspectiva decorre do entendimento de que “[...] as metrópoles e as grandes cidades não se tornaram o que são apenas a partir das relações locais do centro urbano com sua área de influência, pois estas últimas são insuficientes para explicar seu funcionamento” (Motta e Carvalho, 2016a, p. 102).

Nessa mesma direção, o IBGE (2020) argumenta que a capacidade de uma cidade em atender consumidores e fornecedores para além dos limites de sua hinterlândia exige reconhecer a coexistência de dois processos complementares no sistema urbano. Conforme destaca o Instituto, “a cidade continua a ter papel

de fornecer bens e serviços [para a] sua região de entorno de maneira contígua e, de outro, faz parte de uma rede de ligações de longa distância, que se interconecta de [maneira] seletiva” (IBGE, 2020, p. 70). Ainda segundo IBGE (2020), essa dupla função “é parte constituinte da essência das cidades e está presente, em diferentes graus, em todo centro urbano” (IBGE, 2020, p. 70). Tais processos são denominados de *town-ness* e *city-ness*.

Ao apresentar as contribuições de Taylor, Hoyler e Verbruggen (2010), IBGE (2020) aponta *town-ness* como o resultado das relações estabelecidas entre o espaço urbano e sua hinterlândia de forma contígua, condição mais frequente em pequenas cidades, cuja dinâmica econômica se explica principalmente pela oferta de bens e serviços locais. Em contrapartida, o conceito de *city-ness* refere-se a formas de interação mais amplas que extrapolam os limites das hinterlândias e não necessariamente obedecem às estruturas hierárquicas. Essas formas podem ser vistas nas cidades médias, grandes cidades e metrópoles.

As reflexões de Sandra Lencioni também contribuem para o entendimento do papel da distância nas interações urbanas e centralidade. Segundo a autora, as análises sobre metrópoles exigem a consideração de duas lógicas fundamentais – conceitos que, em nossa avaliação, podem ser aplicados às relações estabelecidas entre pequenas, médias e grandes cidades –, as lógicas topográfica e topológica. A primeira “está relacionada à distância entre dois lugares e tem como referência a rede de infraestrutura de circulação”, enquanto a segunda segue “lógica virtual possibilitada pela revolução da informática e comunicações” (Lencioni, 2008, p. 17). Em resumo, a centralidade pode ser medida segundo essas duas dimensões. Na maioria das vezes, elas atuam de modo simultâneo, influenciando o grau de importância de uma cidade na distribuição e consumo de produtos e serviços na rede urbana (Manoel, 2026, p. 28).

As distintas interpretações discutidas até aqui revelam a complexidade da centralidade urbana enquanto fenômeno socioespacial, resultante da articulação de múltiplas interações e processos. A partir disso, propomos introduzir a esse debate a dimensão temporal como um elemento analítico muito importante para a compreensão desse fenômeno, discussão essa que será aprofundada na próxima seção.

Contribuição aos estudos sobre centralidade

A ideia apresentada nesta seção não pretende inaugurar um novo campo de estudos ou promover uma ruptura pragmática nos estudos sobre centralidade, mas sim acrescentar aspectos analíticos que auxiliem na sua compreensão. Nesse sentido, defendemos que a centralidade é resultado de uma construção histórica gradual e/ou de um processo acelerado de produção do espaço, tal como advoga Manoel (2026) em sua tese de doutorado.

Determinar o tempo que a localidade demorou para se tornar um centro de gestão política e/ou econômica e/ou para propiciar para a população (não exclusivamente a sua) produtos e serviços especializados e oportunidades de empregos e renda, entre outras conveniências com potencial de atração, é importante para saber se estamos diante de uma centralidade consolidada ou em percurso de consolidação, ainda que o termo “consolidação” seja essencialmente relativo (Manoel, 2026, p. 32).

Manoel (2026) estabelece como ponto de partida a ideia central de que há diferentes ritmos e trajetórias de desenvolvimento socioespacial entre as cidades brasileiras. Essa perspectiva encontra respaldo em “*A Urbanização Brasileira*”, de Santos (1993), na medida em que o autor ventila que regiões ocupam posições específicas na divisão territorial do trabalho ao longo dos sucessivos momentos históricos. Em outras palavras, algumas áreas são favorecidas por investimentos, atividades produtivas e fluxos em determinados períodos, enquanto outras áreas se inserem mais lentamente nessas dinâmicas. Desse contexto emergem distintos níveis de centralidade. Segundo Santos (1993),

Há uma lógica comum aos diversos subespaços. Essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território em um dado momento de sua evolução. É dessa maneira que, em cada período, se entendem as particularidades e o movimento próprio de cada subespaço e as formas de sua articulação no todo. Esse enfoque se impõe, pois a cada momento histórico as heranças dos períodos passados também têm papel ativo na divisão territorial do trabalho atual. O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas hoje, como ontem. É assim que se podem explicar não apenas esse dado estatístico que são as diferenças regionais dos índices de urbanização, mas também dados estruturais, como as diferenças regionais de forma e de conteúdo da urbanização (Santos, 1993, p. 61).

Com base nessa interpretação, Manoel (2026) coloca que, especialmente no caso das metrópoles, dos grandes centros urbanos, das cidades históricas e das cidades religiosas, a centralidade resulta de trajetórias marcadas por sucessivas transformações nos usos do território ao longo do tempo. Trata-se, portanto, de

exemplos de centralidades fruto de um processo longo, cuja consolidação decorre da acumulação histórica de funções, fixos e fluxos.

Por um outro lado, é aceito que a produção de centralidade também possa ocorrer de forma acelerada. Com base nessa lógica, “quando os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e o Estado (individualmente ou em conjunto) produzem um certo espaço, junto se pode criar também uma centralidade” (Manoel, 2026, p. 32-33). Embora empregados por Manoel (2026) em sua argumentação, os agentes produtores do espaço remetem à clássica formulação de Roberto Lobato Corrêa (1989), cuja contribuição teórica oferece subsídios essenciais para a compreensão de suas funções e interações na produção espacial. Estabelecida essa premissa, temos então que a valorização de recursos territoriais, a disponibilidade de infraestrutura, a presença de mercado consumidor e a atuação de agentes públicos e privados são maneiras para se criar rapidamente condições que são favoráveis à formação de novos polos de atração econômica e social.

Um exemplo de centralidade rápida destacado por Manoel (2026) é Pouso Alegre, município localizado no sul do estado de Minas Gerais, que ampliou sua centralidade regional com a chegada de empresas provenientes do processo de desconcentração industrial das grandes metrópoles brasileiras, especialmente da região metropolitana de São Paulo. De forma semelhante, a cidade de Sorriso, no Mato Grosso, consolidou-se rapidamente como um polo econômico associado ao agronegócio, assim como determinadas localidades tiveram suas funções centrais fortalecidas por iniciativas voltadas à implantação de equipamentos estratégicos. Destacam-se como exemplos de equipamentos urbanos estratégicos a edificação de universidades e de hospitais regionais, que ajudaram a ampliar a capacidade de atração de municípios como Alfenas, situado no sul de Minas Gerais (Manoel, 2026). A cidade de Brasília também é um exemplo emblemático de centralidade rápida, uma vez que ela foi concebida para exercer funções de comando político e administrativo em âmbito nacional.

De acordo com a análise apresentada por Manoel (2026), a centralidade produzida rapidamente está relacionada ao planejamento e à tomada de decisões voltadas para transformar uma localidade em referência. Nesse contexto, o autor ressalta que “a centralidade fruto de um processo rápido dialoga sem desvios com

a tomada de decisões e planejamento [...] e tem na velocidade dos acontecimentos seu diferencial em relação ao processo lento” (Manoel, 2026, p. 33). O autor também toma como exemplo a construção de grandes equipamentos voltados à fé. Nesse sentido, a implantação da chamada Cidade da Bíblia, no município de Miguel Pereira, situado no estado do Rio de Janeiro, exemplifica uma estratégia de planejamento que busca transformá-la rapidamente em um grande destino de peregrinação e visitação.

Para identificar se a centralidade resulta de um processo longo ou rápido, o autor sugere a utilização de diferentes parâmetros históricos e/ou documentais. Entre eles, destacam-se as sucessivas edições do estudo das Regiões de Influência das Cidades¹, que permitem acompanhar a permanência ou surgimento de novos centros urbanos ao longo do tempo. Conforme destaca Manoel (2026), a análise comparativa dessas publicações possibilita verificar quais cidades ascenderam rapidamente na hierarquia urbana. Além das REGICs, as mudanças registradas nas divisões regionais oficiais do Brasil constituem instrumentos relevantes para compreender a evolução das centralidades.

Entre os benefícios da chamada centralidade planejada está a valorização de municípios que anteriormente possuíam potencialidades pouco exploradas. A ação conjunta de agentes produtores do espaço pode impulsionar o crescimento econômico e elevar a posição dessas localidades na rede urbana. Contudo, Manoel (2026) coloca que esse processo pode gerar desafios significativos, especialmente quando o crescimento populacional ocorre em um ritmo superior à capacidade de expansão da infraestrutura pública. Conforme explicação do autor:

A velocidade com que infraestruturas públicas como escolas, postos de saúde, hospitais e outras necessidades (sobretudo urbanas) são construídas e colocadas em ação para atender o avanço do quantitativo populacional não segue a velocidade com que o capital produz as infraestruturas das quais necessita. Desse desequilíbrio surge uma deficiência na prestação dos serviços e o agravamento de problemas sociais. Isso também pode ocorrer, evidentemente, na produção longa (Manoel, 2026, p. 34).

Além das centralidades produzidas por processos longos e/ou rápidos, é possível reconhecer a existência de centralidades temporárias ou sazonais. Para Manoel (2026), determinadas localidades assumem posição de destaque apenas em períodos específicos do ano ou em função da realização de eventos de grande

¹ Publicações realizadas nos anos de 1972, 1987, 2000, 2008 e 2020.

repercussão. Nesses momentos, municípios passam a exercer forte capacidade de atração de pessoas, investimentos e atividades econômicas. Eventos esportivos, musicais, festivais culturais e carnaval, dentre outras manifestações de alcance regional, nacional ou internacional são exemplos desse tipo de centralidade, uma vez que estimulam a circulação de consumidores e a utilização de infraestruturas planejadas para atender demandas específicas e temporárias. Conforme Manoel (2026), a centralidade sazonal também pode estar associada a fluxos migratórios temporários relacionados ao mercado de trabalho. Em determinadas épocas do ano, localidades vinculadas às atividades agrícolas ou safras específicas recebem trabalhadores migrantes, o que contribui para o dinamismo econômico do local ampliando temporariamente a sua relevância. Essa constatação reforça a ideia de que diferentes formas de centralidade podem coexistir em um mesmo território.

Com base nos três processos de produção de centralidade propostos por Manoel (2026), este artigo buscou ampliar sua discussão por meio da elaboração de uma representação esquemática sobre o tema (Figura 1). Para produzir a arte, utilizou-se a ferramenta ChatGPT 5.5, desenvolvida pela OpenAI, unicamente para a materialização da proposta. Os conceitos, categorias analíticas, exemplos e relações representadas foram inseridos integralmente sob o comando do autor, cabendo à ferramenta apenas a geração visual do esquema pretendido. A adoção desse procedimento está em consonância com as discussões recentes sobre o uso ético e transparente da inteligência artificial na pesquisa e na pós-graduação, que enfatizam a necessidade de explicar o papel desempenhado por essas ferramentas e a preservação da responsabilidade intelectual do pesquisador sobre o conteúdo produzido.



Figura 1 – Representação esquemática da noção de tempo no estudo sobre centralidade. Imagem elaborada com auxílio da ferramenta de inteligência artificial ChatGPT 5.5 (OpenAI), a partir de comandos textuais desenvolvidos pelo autor.

Em sua tese de doutorado, Manoel (2026) adotou a dimensão temporal nos estudos sobre rede urbana ao analisar as principais centralidades da região Sul de Minas Gerais. Dos centros urbanos analisados², Varginha, Itajubá e Poços de Caldas foram classificadas como resultantes de um processo longo. Já Pouso Alegre, Alfenas e Passos foram interpretados como decorrentes de uma dinâmica relativamente recente, uma vez que passaram a se destacar na região sobretudo a partir da década de 1950. Sem a incorporação da dimensão temporal, a análise feita por Manoel (2026) ficaria restrita aos elementos tradicionalmente utilizados para explicar a centralidade nesse recorte espacial, dificultando a identificação de distintos processos e temporalidades na constituição destas centralidades.

Embora Manoel (2026) tenha separado os centros urbanos em 2 grupos, é importante mencionar que, conforme observado em Santos (1993), “cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo

² Manoel (2026) procurou primeiro levantar o grupo de centralidades do Sul de Minas. Para isso, fez análises nas Divisões Regionais do Brasil, REGICs e a literatura. Diante do resultado, aplicou no grupo formado por 6 centros urbanos (Alfenas, Itajubá, Passos, Pouso Alegre, Poços de Caldas e Varginha) a dimensão temporal.



ou tudo seja velho. A situação [vista] é uma combinação de elementos com idades diferentes” (Santos, 2021, p. 106).

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscou-se apresentar fundamentos teóricos que sustentam a temática “centralidade urbana”, bem como explicitar a contribuição deste artigo. A principal contribuição consiste em demonstrar que a compreensão acerca de centralidade requer considerar tanto a intensidade dos fluxos e funções presentes em determinado território quanto o ritmo temporal de sua constituição e consolidação. Isso permite reconhecer que diferentes espaços alcançaram suas posições de destaque em momentos distintos e por meio de trajetórias diversas. Essa classificação não esgota as possibilidades interpretativas sobre centralidade urbana, tendo em vista que outros fatores igualmente relevantes também podem ser incorporados às análises das redes urbanas e dos processos que condicionam a existência de uma centralidade.

Referências

BRADFORD, M.G. e KENT, W. A. Teoria dos Lugares Centrais: o modelo de Christaller. *in: Geografia Humana: teorias e suas aplicações*, p. 17-45.

Edição: Gradiva, abr. de 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. O enfoque locacional na Geografia. **Revista Terra Livre**, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 62-66, 1986.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades**: 2018. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2020.

LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, 39: 7-20 (2008).

MANOEL, Lucas. **Centralidades no Sul de Minas Gerais**: uma revisão teórica, metodológica e conceitual. 2026. 220f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2026.



MOTTA, Marcelo Paiva da; CARVALHO, Ronaldo Cerqueira. Padrões espaciais de serviços avançados de apoio às empresas na rede urbana brasileira. *in*: **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI** / Adma Hamam de Figueiredo, organizadora. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016a.

_____. Redes de sedes e filiais de empresas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 49-66, jul./dez. 2016b.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Abordagens analíticas das redes geográficas. **Boletim Goiano de Geografia** 20 (1-2): 77-105, jan./dez. 2000.

SANTOS, Milton. Uma revisão da teoria dos lugares centrais. *in*: Milton Santos. **Economia espacial: críticas e alternativas**, p.101-109. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed./3ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

TAYLOR, Peter, HOYLER, Michael, VERBRUGGEN, Raf. **External Urban Relational Process: Introducing Central Flow Theory to Complement Central Place Theory**. Urban Studies, 47, 2010.